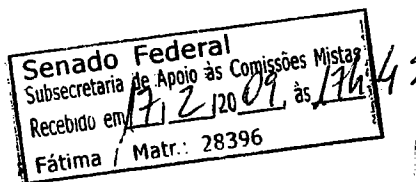




CONGRESSO NACIONAL  
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS



MPV-458

00190

data 16/02/2009	Proposição Medida Provisória nº 458/2009
autor Nazareno Fonteles/PT/PI	nº do prontuário 2057
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> Substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa    4. <input type="checkbox"/> Aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 26	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se aos §§ 5º e 6º do artigo 26 da Medida Provisória nº 458, de 2009, a seguinte redação:

“Art. 25. ....


§ 5º A doação ou a concessão de direito real de uso será precedida de avaliação da terra nua elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA com base em planilha referencial de preços, após a realização de vistoria da área.

§ 6º A abertura de matrícula referente à área independerá do georreferenciamento do remanescente da gleba, nos termos do art. 176, § 3º, da Lei no 6.015, de 1973, desde que a doação ou concessão de direito real de uso seja precedida do reconhecimento dos limites da gleba pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, garantindo que a área esteja nela localizada. “

JUSTIFICATIVA

Primeiro trata-se de fixar claramente a competência do MDA, uma vez que a MP reservou ao INCRA um papel meramente coadjuvante no processo de regularização, não podendo atribuir-se a competências tais como a de certificar a exatidão dos dados, até mesmo porque o pedido deve ser formulado junto ao MDA. Também é inadmissível a fixação de preço e a certificação das informações prestadas sem a devida vistoria.

PARLAMENTAR

  
Nazareno Fonteles/PT/PI

